

Introdução

A história da filosofia deve não redizer o que disse um filósofo, mas dizer o que ele subentendia necessariamente, o que ele não disse e, no entanto, estava presente no que ele disse.

GILLES DELEUZE

Sob o ponto de vista deleuziano, fazer “história da filosofia” é uma tarefa bastante árdua. Poderíamos perguntar o porquê disso, já que geralmente se entende por “fazer” história da filosofia um empreendimento quase mecânico, por meio do qual se deve repetir, sem grandes considerações, o que disse um filósofo. Mas, se entendermos que essa tarefa inclui dizer o que está “subentendido” em sua obra, ou seja, dizer o que está ali implicitamente, esse intento torna-se mais e mais problemático. Talvez seja neste sentido que devêssemos compreender que toda interpretação é já uma criação pessoal e que se Deleuze criou “monstros” quando falou de outros filósofos (como ele mesmo disse, em uma carta ao “amigo” Michel Cressole), é porque era impossível não se misturar, não se colocar, não fazer parte de um universo que ele estava prestes a desvelar.

Cada interpretação é, nesse sentido, um ponto de vista, embora seja preciso que a interpretação não desfigure o filósofo, mas o faça falar mais do que ele próprio disse. Não se trata de colocar palavras em sua boca, mas de fazer com que cada palavra se desdobre e diga em que sentido ou sentidos devemos tomá-la. É assim (como Deleuze) que entendemos fazer história da filosofia. Não inventamos nada e, no entanto, procuramos ressaltar o que estava subentendido. Não criamos, por nós mesmos, nenhuma idéia de Deleuze, mas acabamos nos envolvendo na própria criação deleuziana. E para quê? Para podermos falar de um “mundo” que não é o nosso — ainda que tenhamos a sensação de estar no mesmo barco que ele, de navegar nas mesmas correntezas que ele navegou.

Pois bem, falar de Deleuze é mesmo muito difícil, mas não porque ele seja obscuro ou porque ficou preso demais a questões conceituais (afinal, como ele próprio diz, é tarefa da filosofia lidar com os conceitos; e é ela que os inventa). Falar dele é difícil porque o seu pensamento empreende uma verdadeira “conquista do infinito”. E não se trata aqui de palavras vazias. A distinção entre o que chamamos de “filósofos nômades” e “filósofos sedentários” depende diretamente da compreensão deste tema. Em outras palavras, de um lado temos os filósofos da transcendência, metafísicos por excelência, pensadores de um “espaço estriado”, em uma palavra, sedentários. Do outro, os nômades, os verdadeiros habitantes das estepes, homens que transitam em um “espaço liso”, pensadores da imanência que fazem do pensamento uma aventura de alto risco. Entre os dois, a diferença é de natureza. Mas, mesmo que isso ainda não esteja tão claro (pois precisamos primeiramente elucidar tais conceitos), é preciso não se deixar enganar com a falsa idéia de que o pensador nômade é um apologista do caos ou que sua filosofia é desordenada e pouco rigorosa.

Sem dúvida, precisamos ser cuidadosos na compreensão dos conceitos deleuzianos. Afinal, tal como ele próprio afirmou, os conceitos precisam ser inventados e isso não se faz senão no embate, no confronto ou mesmo no agenciamento com outros conceitos. Como veremos, um conceito é sempre um composto que remete a outros conceitos e a outros planos de imanência. É assim que um filósofo pode reativar um conceito de outro filósofo e imprimir nele sua própria marca, impondo novas conexões e produzindo novas interpretações.

Nesse ponto, Deleuze é mesmo um nômade. E se usamos um conceito que ele próprio atribui a Nietzsche, é porque vemos em sua obra o mesmo desejo de fazer do pensamento um fluxo, um devir que se assemelhe à vida (pois é dela que o pensamento deve retirar as suas leis e não da imobilidade — que só existe como fruto de uma abstração equivocada). Deleuze é,

mais do que qualquer outra coisa, um pensador da *diferença*, um pensador das singularidades, e será preciso mergulhar em suas idéias e nas composições que ele fez com outros pensadores para compreendermos bem por que só uma ruptura com a representação clássica pode liberar o pensamento de sua função recognitiva e fazer dele uma potência criadora.

A questão da *diferença* é, evidentemente, o ponto central da filosofia deleuziana, embora não possamos deixar de ver associada a ela uma clara reflexão sobre o *ser* (o que nos levaria a supor uma “ontologia” em Deleuze, mesmo sabendo do caráter problemático desta afirmação). De fato, como veremos, o aprofundamento do conceito de *diferença pura* nos leva inevitavelmente ao conceito de *ser*, mesmo que de uma forma totalmente nova. Vejamos a questão mais de perto: para Deleuze, o *ser* é *unívoco*, mas isso não quer dizer que ele seja uno (ou seja, que exista um único e mesmo *ser* para todas as coisas, tal como em Espinosa). Para ele, não existe um *ser*, mas múltiplos seres. Assim, *unívoco* quer dizer, especificamente, uma “só voz” para toda uma multiplicidade de seres. Em outras palavras, todos se “dizem” da mesma maneira, isto é, em sua própria *diferença*.

É claro que não é nada simples compreender essa questão (que ainda se complica quando sabemos que a *diferença* só se afirma integralmente na *repetição*). Também não é fácil entender como Deleuze “nega” a representação, as identidades plenas, a transcendência, e como erige a diferença (o díspar) como elemento primordial do pensamento. Mas esta é exatamente a nossa tarefa: mostrar como “funcionam” os conceitos deleuzianos e por que podemos considerar Deleuze um *pensador nômade* por excelência.

Como dissemos anteriormente, nossa pesquisa é uma “interpretação”, mas é também uma manifestação de apreço por um pensador que tentou libertar a *diferença* das malhas rígidas de uma representação que confunde “pensar” com “reconhecer”. É verdade que ele não foi o primeiro a empreender

essa verdadeira conquista do infinito. Seríamos levianos se não falássemos de Nietzsche (e, na verdade, Nietzsche está presente em todo o trabalho, ou melhor, está subentendido). Mas Deleuze não poupou esforços e atirou ainda mais longe o dardo de Nietzsche, transformando-se numa espécie de segundo “sim”, de dupla afirmação do devir e do eterno retorno. Como o próprio Deleuze havia dito a respeito da filosofia nietzschiana, era preciso um duplo “sim” para que tudo retornasse, para que a existência fosse afirmada e desejada de modo incondicional. Para nós, Deleuze é esse duplo, esse segundo “sim” à existência e ao seu caráter altamente problemático.

Pois bem, para que as questões apresentadas acima sejam perfeitamente compreendidas, é preciso deixar claro o que significa “nomadismo” do pensamento e como ele representa a própria conquista da *diferença*. Para isso, nos preocuparemos primeiro com a compreensão da própria noção de *diferença* — que será pensada em si mesma e não mais como *diferença numérica* ou *específica*. Em outras palavras, será pensada em sua forma pura e insubmissa aos liames mediadores da representação — que tendem a submeter a diversidade dos seres à identidade plena de um conceito geral e abstrato.

Enfim, para darmos conta deste tema tão complexo, dividimos a pesquisa em quatro capítulos. No capítulo I, definiremos a *representação* e apresentaremos de que modo ela se faz presente no tipo de pensamento que chamamos de “sedentário”. Procuraremos mostrar também o que Deleuze chama de “imagem ortodoxa do pensamento” e como tal imagem impossibilita a compreensão da *diferença pura*. E, finalmente, trataremos ainda de distinguir o que Deleuze designa por *singular* e *particular*, de modo que a questão da repetição (tratada no capítulo III) possa ser compreendida em profundidade.

No capítulo II, faremos uma espécie de “genealogia da diferença”. Nele, trabalharemos com alguns filósofos que, direta ou

indiretamente, abordaram a questão da diferença. Mas o que supomos ser de grande importância nesse capítulo é que, dentre as muitas formas de abordar o conceito de diferença, nós selecionamos aquelas que de alguma maneira integram, como “linhas diagramáticas”, o próprio conceito deleuziano de *diferença pura* (o que só ficará verdadeiramente mais claro também no capítulo III, em que mostraremos como Deleuze pensa a filosofia e como ele define os próprios conceitos como “virtualidades” compostas).

No capítulo III, trabalharemos com a noção de “plano de imanência” — sem a qual não poderíamos entender como Deleuze pensou os seus agenciamentos com outros filósofos. É aqui também que elucidaremos o conceito de *diferença pura* — conceito estritamente deleuziano que abre definitivamente as portas para o infinito, para o nômade, para o ilimitado. Um infinito que faz implodir a representação e que impede os conceitos de se tornarem ferramentas impermeáveis, estabelecidas de uma vez por todas. Na verdade, em Deleuze, o conceito torna-se uma instância problemática cuja *definição* não se enquadra mais nos moldes representativos (*definir é precisar, é limitar...*), mas deve ser entendida, em si mesma, como uma tarefa problemática e problematizante — algo que está sempre apontando para novos caminhos e possibilidades. E, tal como dissemos anteriormente, não podemos tratar da *diferença* sem falar do *ser*, daí por que esse capítulo tenciona mostrar também o que Deleuze chama de *ser unívoco* e como a *univocidade* não exclui a multiplicidade.

Por fim, no capítulo IV trataremos de precisar melhor o que chamamos de pensador nômade e por que não podemos dissociá-lo dessa conquista da diferença e do simulacro. Nesse capítulo, é a arte que dá as mãos à filosofia; a arte que tem (na visão de Deleuze) tanto a ensinar ao filósofo. Aliás, o maior ensinamento da arte parece ser mesmo este: o de que cada obra de arte

é autônoma, única e insubstituível, assim como cada *ser*, cada pensador. Como afirma Deleuze, não há um pensador que não seja, ele mesmo, um criador de conceitos, um criador de “novos mundos”, um criador de uma “nova existência”. Afinal, de que valeria o pensamento se ele não arrastasse consigo a vida, se não a transformasse, se não a recriasse continuamente?